



ESTADO DO ACRE

MENSAGEM Nº 1.674, DE 7 DE MAIO DE 2020

Senhor Presidente,

Submeto a essa Augusta Assembleia Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, para fins de apreciação e aprovação, atendidos os dispositivos que disciplinam o processo legislativo, o presente Projeto de Lei que **"Altera dispositivos da Lei nº 3.520, de 25 de setembro de 2019, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, a fim de criar a Fonte 600 – Recursos Ordinários, destinada à operacionalização da Desvinculação de Receitas do Estado – DRE."**

O presente projeto tem por objetivo a criação de mecanismo de transparência para fins de operacionalização da Desvinculação de Receitas do Estado – DRE, criada através da Emenda à Constituição Federal nº 93/2016, que acresceu o art. 76-A ao Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, com a seguinte redação:

Art. 76-A. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) das receitas dos Estados e do Distrito Federal relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes.

Parágrafo único. Excetuam-se da desvinculação de que trata o caput:

I - recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, os incisos II e III do § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal;

II - receitas que pertencem aos Municípios decorrentes de transferências previstas na Constituição Federal;

III - receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores;

IV - demais transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da Federação com destinação especificada em lei;

V - fundos instituídos pelo Poder Judiciário, pelos Tribunais de Contas, pelo Ministério Público, pelas Defensorias Públicas e pelas Procuradorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal.

Isso porque, conforme orientação da Secretaria de Tesouro Nacional, as disposições do art. 76-A da ADCT são autoaplicáveis, ou seja, não dependem de outras normas ou leis para serem aplicadas, conquanto seja possível a instituição de mecanismos próprios de operacionalização pelos entes.

Nesse sentido, através de entendimento com o Tribunal de Contas do Estado, decidiu-se pela criação de fonte de recursos específica para esse fim, de



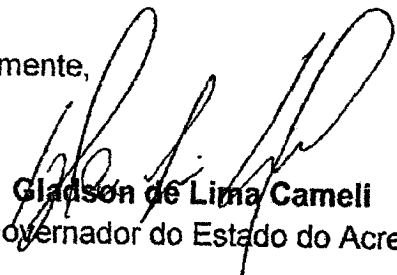
ESTADO DO ACRE

MENSAGEM Nº 1.674, DE 7 DE MAIO DE 2020

natureza ordinária, destinada a garantir maior transparência aos gastos públicos desvinculados em razão da Emenda à Constituição Federal nº 93/2016.

Com essas breves considerações, submeto o presente Projeto de Lei ao exame dessa Augusta Casa de Leis, baseado em motivos determinantes de minha iniciativa, que se revestem de inegável interesse público, solicitando que a sua tramitação se faça em regime de urgência.

Atenciosamente,


Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre



ESTADO DO ACRE

PROJETO DE LEI Nº 78, DE 07 DE MAIO DE 2020

Altera dispositivos da Lei nº 3.520, de 25 de setembro de 2019, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, a fim de criar a Fonte 600 – Recursos Ordinários, destinada à operacionalização da Desvinculação de Receitas do Estado – DRE.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

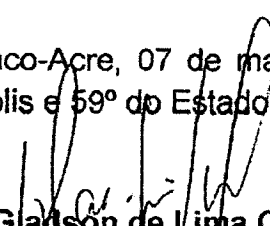
Art. 1º A Lei nº 3.520, de 25 de setembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 46 – A. Para fins de operacionalização da Desvinculação de Receitas do Estado - DRE, prevista no art. 76-A, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016, fica criada a Fonte 600 - Recursos Ordinários.

Parágrafo único. O Governador do Estado regulamentará o disposto no *caput* através de decreto, observados os procedimentos e os limites previstos, respectivamente, na Lei Orçamentária Anual e na Constituição Federal.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco-Acre, 07 de maio de 2020, 132º da República, 118º do Tratado de Petrópolis e 59º do Estado do Acre.


Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre